



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**JOSÉ LUIS ROZENDO BRAZ**

**PRÁTICAS LOCAIS DE SUSTENTABILIDADE À LUZ DA AGENDA 2030:**

**UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB**

**SUMÉ - PB  
2019**

**JOSÉ LUIS ROZENDO BRAZ**

**PRÁTICAS LOCAIS DE SUSTENTABILIDADE À LUZ DA AGENDA 2030:**

**UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB**

**Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.**

**Orientador: Professor Dr. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento.**

**SUMÉ - PB  
2019**

B827p Braz, José Luis Rozendo.

Práticas locais de sustentabilidade à luz da agenda 2030: um estudo de caso no Município de Sumé - PB. / José Luiz Rozendo Braz. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

45 f.

Orientador: Professor Dr. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Gestão Pública sustentável. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Agenda 2030. 4. Sumé – Políticas de sustentabilidade. 5. Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável – ODS. 6. Análise de conteúdo. 7. Nuvem de palavras. I. Nascimento, Alex Bruno Ferreira Marques do. II. Título.

CDU: 35:331.4(045)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

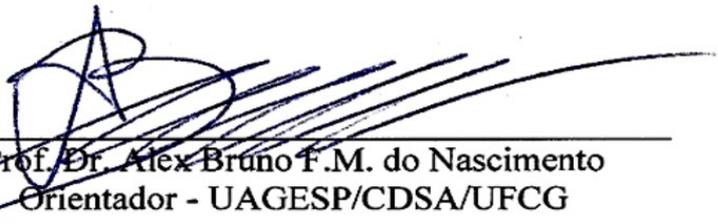
**JOSÉ LUIS ROZENDO BRAZ**

**PRÁTICAS LOCAIS DE SUSTENTABILIDADE À LUZ DA AGENDA 2030:**

**UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ – PB.**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

**BANCA EXAMINADORA:**



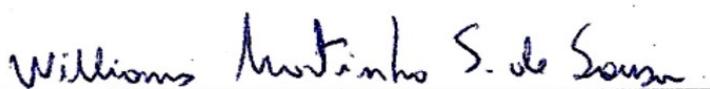
---

Prof. Dr. Alex Bruno F.M. do Nascimento  
Orientador - UAGESP/CDSA/UFCG



---

Prof. Dr. Luiz Antônio Coelho da Silva  
Examinador 01 - UAGESP/CDSA/UFCG



---

Prof. Me. Williams Martinho Soares de Sousa  
Examinador 02 - PGPCI/UFPB

Trabalho aprovado em: 11 de dezembro de 2019.

**SUMÉ - PB**

*À Deus,  
À minha mãe Sandra Rozendo,  
Ao meu pai José Jair (in memorian).*

## AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Jesus Cristo, toda honra, glória e louvor. Tudo o que tenho e o que sou vem Dele, e sem dúvidas alguma, não teria chegado até aqui se não fosse por Ele. À Virgem Maria por sempre interceder por mim junto ao seu filho Jesus.

Ao meu orientador, professor Alex Bruno, que sempre se mostrou tão prestativo, me orientando em todas as etapas do trabalho, dedicando o seu tempo e compartilhando conhecimentos. Muito Obrigado!

Agradeço imensamente o amor e apoio incondicional da minha mãe, Sandra Rozendo, obrigado por me trazer ao mundo cercado de afeto e por me acolher e confortar nos momentos mais difíceis, e principalmente, por se fazer presente em todas as ocasiões da minha vida, sempre orgulhosa de minhas conquistas. Amo-te!

Ao meu pai Jair (*in memoriam*) lembrança que não se apaga, recordação que não esmaece, minha gratidão e grande saudade, tenho certeza de que se orgulharia em me ver alcançar mais uma meta da minha vida.

À meu irmão Junior, por seu companheirismo, carinho, amor e amizade. Agradeço sua companhia, por você existir, e por ser a melhor irmão do mundo. Apesar das brigas kkk.

Aos meus avós, Maria José (*in memoriam*) e Antônio pelas recordações e ensinamentos durante a vida.

Aos meus familiares, Tia Clarice, Tia Socorro, Anderson, Débora, Andreza e Clara Vitória pelo apoio, conversas, risadas, por todos os momentos compartilhados e por saber que nos momentos bons e ruins estaremos sempre juntos. A vocês eu só tenho a agradecer e dizer que eu os Amo muito.

À minha turma de Gestão Pública 2017.1, pelo entusiasmo, pelas boas risadas, e principalmente, pela boa vontade de compartilhar conhecimentos. Aos meus amigos da graduação Bruno, Aglair, Lincoln, Dênia e Liliane. E em especial, ao meu grupo Jardy, Amanda e Thais que compartilharam comigo diversos momentos bons e ruins. Guardarei, no coração, nossas confabulações, brincadeiras e os muitos momentos vividos. Thaiiii mais uma vez, obrigado por tudo, pelos inúmeros conselhos e por me socorrer nos momentos mais difíceis, seja nas atividades, caronas e até mesmo financeiramente.

Às minhas amigas, Laís, Nathalia, Maria, Mariane e Halanna pela cumplicidade desde o colegial. Poder contar com vocês, é sem dúvidas, um dos grandes privilégios que Deus me deu. Saibam que a recíproca é verdadeira!!

À Elizandra e Akielly por toda cumplicidade !! Contem sempre comigo!!

Ao Padre Rodolfo Lucena, aos meus irmãos da família Magnificat e da Coordenação da Pastoral da Juventude. Obrigado por serem Luz na minha vida e por fortalecerem a minha FÉ a cada dia.

À minha mãe espiritual Adriana de João, por sempre me escutar e aconselhar. Mas acima de tudo, por acreditar em minha capacidade e me instigar a voar mais alto.

Ao professor Luiz Antônio pela confiança em mim depositada durante minha passagem pelo Programa de Educação Tutorial, o PET sem dúvidas foi essencial para o meu crescimento acadêmico. Aos queridos e queridas colegas do PET. Vocês são incríveis! Sério! Agradeço de igual forma pelos conhecimentos e bons momentos partilhados com todos.

Agradeço imensamente a todos os professores e colegas da Unidade Acadêmica de Gestão Pública - UAGESP, com os quais convivi e interagi ao longo da minha formação acadêmica na UFCG, vocês foram de fundamental importância para a minha formação.

À Universidade Federal de Campina Grande, especificamente o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, no qual pude ter como parte de meu percurso e que continua amparando a tantos.

Por fim, não menos importante, agradeço ao prefeito Éden Duarte, pela disponibilidade da entrevista e pela grandiosa contribuição para este trabalho.

*“O desenvolvimento, na realidade, diz respeito às metas da vida. Desenvolver para criar um mundo melhor, que responda às aspirações do homem e amplie os horizontes de expectativas. Só há desenvolvimento quando o homem se desenvolve”.*

***(Celso Furtado)***

## RESUMO

Os governos locais têm um papel de suma importância para que os países alcancem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Assim, o presente artigo, surge para investigar como o município de Sumé-PB tem contribuído para o alcance da agenda 2030 sobre o desenvolvimento sustentável. Como objetivo geral: Analisar a percepção do gestor do município de Sumé-PB, quanto às os programas e ações que o município tem executado para o alcance da agenda 2030. Como objetivos específicos: Descrever a trajetória do desenvolvimento sustentável e da agenda 2030; Apontar os programas e ações desenvolvidas pelo município de Sumé-PB nas áreas da saúde, educação, agricultura, meio ambiente e assistência social; e Relacionar os programas e ações que o município de Sumé-PB desenvolve com os objetivos propostos na agenda 2030. O trabalho se caracteriza como estudo de caso, de natureza qualitativa, do tipo exploratório e descritivo com o uso da pesquisa bibliográfica. A coleta de dados se deu por meio de entrevista semiestruturada com o prefeito do município de Sumé-PB. Logo após, foi feita a análise de conteúdo, com o apoio do *software Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)*, utilizando os gráficos, Dendograma, Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a Nuvem de Palavras. Posteriormente, os dados foram detalhados e relacionados com a teoria. Após a análise do *Iramuteq*, constatou-se que as palavras que apareceram com maior frequência foram, município, parceria e recursos. Tais termos foram confirmados durante a etapa de detalhamento da entrevista, no qual foi possível perceber que os investimentos e as parcerias fazem parte do discurso do gestor. Por fim, percebeu-se que o município de Sumé-PB vem contribuindo para o alcance da agenda 2030, através de ações, programas e políticas que abrangem as diversas dimensões social, ambiental e econômica.

**Palavras Chaves:** Agenda 2030. Governo Local. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

Local governments have a role of paramount importance for countries to achieve the Sustainable Development Goals (SDGs). Thus, this article comes to investigate how the municipality of Sumé-PB has contributed to the achievement of the agenda in 2030 on sustainable development. As a general objective: To analyze the perception of Sumé-PB county manager, for the programs and actions that the county has implemented to achieve the agenda 2030. The specific objectives: To describe the trajectory of sustainable development and the 2030 agenda; Point out the programs and actions undertaken by the county of Sumé-PB in the areas of health, education, agriculture, environment and social assistance; and relate the programs and activities that the county of Sumé-PB develops the goals on the agenda 2030. The work is characterized as a case study, qualitative, exploratory and descriptive with the use of literature. Data collection occurred through semi-structured interviews with the mayor of Sumé-PB. Soon after, the content analysis was made with the support of software Iramuteq (R Interface pour les Analyses Multidimensionnelles of Textes et of Questionnaires) using graphics, Dendogram, Descending Hierarchical Classification (CHD) and Words Cloud. Later, the data were detailed and related theory. After analyzing the Iramuteq, it was found that the words that appeared most frequently were, county, partnership and resources. Such terms were confirmed during the interview detailing stage, in which it was revealed that investments and partnerships are part of the manager's speech. Finally, it was noted that the county of Sumé-PB has contributed to the achievement of the agenda in 2030 through actions, programs and policies that cover the various social, environmental and economic dimensions.

**Keywords:** 2030 Schedule. Local Government. Public Policy.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EVOLUÇÃO E CONCEITO .....</b>	<b>13</b>
<b>3 AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....</b>	<b>19</b>
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>23</b>
4.1 TIPO DE ESTUDO.....	23
4.2 LOCAL DE ESTUDO.....	24
4.3 COLETA DE DADOS .....	24
4.4 TRATAMENTO DE DADOS.....	25
<b>5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>25</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a origem da espécie humana, já se via casos de transformação no meio ambiente, tal fato era decorrente da busca inconstante do homem pela sua subsistência. No entanto, no decorrer dos anos, principalmente, a partir da revolução industrial passaram a utilizar os recursos naturais para produção de uma forma desenfreada, visando, exclusivamente, a lucratividade e conseqüentemente, ignorando os impactos ambientais causados pelo modo de produção inadequado, gerando assim, a necessidade de planejar um novo modelo de desenvolvimento, sobre o qual, conciliasse o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais.

Partindo desse pressuposto, foi em 1972 durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia, que os representantes dos países discutiram sobre uma nova forma de desenvolvimento econômico, que levasse em conta o meio ambiente. Os debates durante o encontro colocaram em foco a alerta e principalmente a importância do meio ambiente a nível internacional, correlacionando o desenvolvimento e o meio ambiente (SACHS, 2009).

Nesse contexto, o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi mencionado pela primeira vez durante a Comissão de Brundtland, em meados de 1980, através da elaboração do relatório *Our Common Future*, apresentado pela primeira - ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, com a seguinte definição: “É a forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1981 *apud* SCHARF, 2004, p.19).

Contudo, para definirmos desenvolvimento sustentável devemos pensar em sustentabilidade, que para Silva e Mendes (2005), um complementa o outro, isto é, a meta é alcançar a sustentabilidade através de um desenvolvimento sustentável. Neste sentido, conforme Scharf (2004), a sustentabilidade estaria apoiada ao desenvolvimento de três dimensões principais, constituído por extensões ambientais, econômicas e sociais.

Partindo desse pressuposto, o desenvolvimento, seja ele global, regional ou local não está relacionado apenas com o crescimento econômico, e sim, pela inter-relação das diversas dimensões citadas anteriormente. Posto isto, fica claro, que é dever dos representantes trabalhar os três eixos e colocar em prática a sustentabilidade da ação governamental, trabalhando através de políticas que beneficie as diversas dimensões da sociedade.

Assim, com a preocupação em trabalhar o desenvolvimento sustentável no mundo, tal tema passou a ser o foco em diversos encontros da Organização das Nações Unidas (ONU). E somente no ano de 2000, na reunião da "Cúpula do Milênio da ONU", representantes de 189 países, chefes de Estado e de governo, discutiram e estabeleceram os 8 (oito) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015, que seriam metas para serem atingidas em diversas dimensões. Entretanto, nem todos os objetivos foram atingidos com sucesso. O que fez, governos e cidadãos de todo o mundo se reunirem na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, e baseando-se nas lições deixadas pelos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio criarem uma nova agenda com dezessete objetivos para alcançar até 2030.

Surgiu, portanto, o documento final “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que veio com o foco de acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas (ONU, 2015). Assim, no atual cenário de diversidade que assola o Brasil, a agenda 2030 soma-se como uma grande oportunidade para a gestão pública, especialmente a gestão de políticas públicas, uma vez que ela traz consigo a consolidação de um país mais justo e solidário.

Nesta perspectiva, as políticas locais são de suma importância para que os países consigam atingir as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, isto porque, é um trabalho em conjunto, que se inicia nos municípios, perpassando os Estados, regiões e por fim, contemplando todo o país. Destarte, para que a esfera municipal possa contribuir para o alcance dos objetivos, é primordial o investimento em ações, programas e políticas públicas eficazes nas dimensões social, econômica e ambiental.

Nessa vertente, tendo em vista que o desequilíbrio das três dimensões da sociedade tende a interferir no desenvolvimento sustentável e com a curiosidade do pesquisador em saber a realidade do município, o presente estudo surge pela ânsia de investigar as ações e políticas que o município de Sumé-PB desenvolve para o alcance de sete objetivos da agenda 2030, quais sejam: 1) Erradicação da Pobreza; 2) Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3) Saúde e Bem Estar; 4) Educação de Qualidade; 5) Igualdade de Gênero; 6) Água Potável e Saneamento e 12) Consumo e Produção Responsáveis.

Assim, esta pesquisa é de grande relevância, pois traz à tona a realidade de uma discussão atual e global, que é o desenvolvimento sustentável, tema este, que é de interesse para todos os segmentos da sociedade. Salienta-se ainda, que os resultados contribuirão para a tomada de decisão no cenário das políticas públicas, especialmente do município estudado.

Academicamente o trabalho instigará e fortalecerá novas discussões sobre a gestão pública, desenvolvimento sustentável e políticas públicas corroborando ainda para futuras pesquisas acadêmicas que venham a surgir no âmbito social, econômico e ambiental, principalmente no tocante a agenda 2030, tema que necessita ser mais explorado pela academia.

Posto isto, fica evidente a relevância de se realizar a pesquisa. Uma vez que, faz-se necessário que os ODS alcancem os brasileiros e seus diferentes contextos. Nesse sentido, os governos têm um papel fundamental na adequação das metas e indicadores à realidade local, com programas, ações e políticas que levem em consideração as metas e objetivos dos ODS. Dessa forma, a problemática norteadora deste estudo está pautada em: **Como o município de Sumé-PB tem contribuído para o alcance dos objetivos da agenda 2030 sobre o desenvolvimento sustentável?**

Como objetivo geral: Analisar a percepção do gestor do município de Sumé, quanto às os programas e ações que o município tem executado para o alcance da agenda 2030. Como objetivos específicos: Descrever a trajetória do desenvolvimento sustentável e da agenda 2030; Apontar os programas e ações desenvolvidas pelo município de Sumé-PB nas áreas da saúde, educação, agricultura, meio ambiente e assistência social; e Relacionar os programas e ações que o município de Sumé-PB desenvolve com os objetivos propostos na agenda 2030.

Metodologicamente, o trabalho se caracteriza como estudo de caso, de natureza qualitativa, do tipo exploratório e descritivo. A coleta de dados, se deu por meio de entrevista semiestruturada com o prefeito do município de Sumé-PB. Quanto a análise de dados, inicialmente foram processados pelo *software Iramuteq* e analisados pelos gráficos, Dendograma, Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a Nuvem de Palavras. Em seguida foi realizado um detalhamento da entrevista, expondo trechos da fala do entrevistado e relacionando com a teoria.

Logo, a fim de uma melhor compreensão acerca do tema proposto, foi necessário fazer o uso da pesquisa bibliográfica e documental, selecionando diversos autores da área, dentre eles: Camargo (2015), Dias (2011), Garcia (2016), Sachs (2009), Roma (2019) e entre outros.

Portanto, a fim de organizar melhor o artigo, o mesmo está estruturado nas seguintes seções: Na introdução, apresenta-se o tema da pesquisa, expondo, a pergunta norteadora, e os objetivos, seguindo-se do arcabouço teórico, com a trajetória do desenvolvimento sustentável e da agenda 2030. Posteriormente, temos os procedimentos metodológicos, seguidos da análise de resultados e discussão. Finalizando com as considerações finais e as referências utilizadas.

## 2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EVOLUÇÃO E CONCEITO

A partir do século XX, devido ao crescimento econômico os recursos naturais passaram a ser consumidos de forma desenfreada (BARROS; AMORIM; CÂNDIDO, 2010). Logo, diante dos inúmeros efeitos negativos ambientais causados na sociedade e decorrentes da falha humana, fica evidente que “[...] a questão ambiental é uma questão de vida ou morte, de morte ou vida, estas, não apenas de animais e plantas, mas do próprio homem e do planeta que o abriga” (MILARÉ, 2005, p.50). O qual proporcionou uma relação desigual entre o homem e a natureza. Isto é, por um lado, o homem satisfazia as suas necessidades e desejos, apelando para o consumismo desenfreado. Por outro lado, a exuberância da natureza, pronta para satisfazer as necessidades e desejos da população, de forma total e completa.

Nesta perspectiva, levando em consideração a forte presença do consumismo decorrente do capitalismo, era nítido que tal ação do homem gerasse sinais de que se continuassem da mesma maneira, consumindo sem pensar nas próximas gerações, o meio ambiente entraria em colapso. Observa-se claramente que no tocante ao desenvolvimento, durante os anos 60 a prioridade do país não era o meio ambiente, e sim, os investimentos nas áreas de petróleo, energia, siderurgia, infraestrutura e dentre outros, que por consequência acarretavam inúmeros prejuízos ambientais (PIMENTA; NARDELLI, 2015).

Assim, Camargo (2002) confirma que a temática ambiental não esteve sempre em alta, explanando que,

Só a partir da Segunda Guerra acentua-se a preocupação com o meio ambiente – uma vez que o pós-guerra trouxe inúmeras consequências negativas, dentre elas o surto de crescimento acelerado em algumas partes do mundo, principalmente nas áreas diretamente envolvidas nos conflitos – foi no final da década de 60 que se intensificaram as discussões acerca das relações existentes entre meio ambiente e desenvolvimento. (CAMARGO, 2002, p. 67).

Logo, é notório que os impactos ambientais negativos resultantes das guerras estão impregnados não somente, durante toda a história dos conflitos armados, mas sim, durante toda a história do planeta, onde o meio ambiente, e principalmente seus recursos naturais foram um dos principais alvos de tais conflitos. Carvalho *et al* (2015, p. 110) contribui apontando que, “após a década de 60, início dos anos 70, surgiram diversas correntes de pensamentos acerca do futuro, das mudanças climáticas e as relações sociais perante o meio ambiente”. A partir deste período, as preocupações sobre a degradação

ambiental aumentaram, e a dinâmica do desenvolvimento sustentável passou a ganhar força, gerando assim, um novo olhar, e porque não, uma nova perspectiva de ver o planeta.

Seguindo esta lógica, foi em 1972 na conferência de Estocolmo, acontecida na Suécia, que se buscou estabelecer estratégias, a fim de tentar reavivar a consciência da sociedade, para que a relação do homem com o meio ambiente ficasse mais equilibrada. Um ano depois, em 1973, surgiu o termo Ecodesenvolvimento, que advinha do desenvolvimento e que buscava inserir nas políticas e ações, novos aspectos que tinham como abordagem a questão da educação, participação, bem como a preservação dos recursos naturais, junto com a satisfação das necessidades básicas (BELLEN, 2004).

Nesse contexto, apresentado por Maurice Strong, Secretário da Conferência de Estocolmo. O conceito de Ecodesenvolvimento é entendido como: “[...] desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio” (MONTIBELLER, 1993, p.132). Isto é, buscando conduzir a natureza de forma correta, assegurando a todas as gerações, seja ela atual ou futura, a esperança de se desenvolver. Sachs (2009) descreve que, após a difusão do ecodesenvolvimento, o termo foi substituído pelo desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, para que se tenha o DS, na visão de Fiorillo (2009), deve-se haver um equilíbrio entre o desenvolvimento social, o crescimento econômico e a utilização dos recursos naturais, no qual ele explica que,

[...] o princípio do desenvolvimento sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição (FIORILLO, p. 28, 2009).

Assim, é perceptível que o Desenvolvimento Sustentável vai buscar efetivar a proteção social do acesso aos meios de sobrevivência, não somente na atualidade, mas principalmente das futuras gerações. Contudo, foi em 1987 publicado pela WCED (*World Commission on Environment and Development*), que o relatório “Nosso Futuro Comum” conhecido também como o relatório *Brundtland*, trouxe pela primeira vez uma definição mais consolidada de DS, que seria a capacidade de suprir as necessidades das gerações presentes sem, no entanto, comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (WCED, 1987). No entanto, vale ressaltar que “mesmo com tal consolidação, o conceito de

desenvolvimento sustentável vem sendo permanentemente reconstruído em função da evolução e importância dessa temática” (CÂNDIDO; VASCONCELOS; SILVA, 2010, p. 91). Isto é, pelo fato de ser considerado um conceito aberto, é alvo de diversas discussões e estudos e está sujeito a oscilações conceituais nas suas dimensões social, econômica e ambiental, se tornando assim, um termo em construção.

Ainda no tocante ao relatório *Brundtland*, Dias (2011) traz suas considerações discorrendo que,

O relatório define as premissas do que seria o Desenvolvimento Sustentável, o qual contém dois conceitos-chave: Primeiro, o conceito de “necessidades”, particularmente aquelas que são essenciais à sobrevivência dos pobres e que devem ser prioridade na agenda de todos os países; Segundo, o de que o estágio atingido pela tecnologia e pela organização social impõe limitações ao meio ambiente, que o impedem consequentemente de atender às necessidades presentes e futuras (DIAS, 2011, p.36).

Fica evidente que tal relatório pode ser considerado um dos mais importantes documentos dos últimos anos no que tange ao desenvolvimento sustentável, haja vista que a proposta é clara, o principal objetivo do desenvolvimento sustentável é satisfazer as necessidades atuais da melhor forma possível, buscando-se pensar nas futuras gerações. Para tanto, foi a partir deste relatório que o conceito de desenvolvimento sustentável ficou conhecido, alcançando maior destaque na sociedade e ligando as questões ambientais com o desenvolvimento (DIAS, 2011).

Carvalho *et al* (2015), trazem suas contribuições sobre o “Nosso Futuro Comum”, relatando que o documento serviu para fortalecer o sentimento coletivo de liberdade, bem como de democracia, tendo em vista que não somente os países, mas todo o planeta passou a refletir mais sobre a responsabilidade de cada um na sociedade, isto é, deixando de pensar individualmente, e passando a se questionar e fixar o olhar nas futuras gerações. Ainda segundo os autores, por mais que o conceito de desenvolvimento sustentável tenha sido firmado, ele deve ser visto como algo que está em crescimento e sem prazo de conclusão, uma vez que, diariamente está no meio de numerosas discussões entre países e principalmente pesquisadores da área. Acarretando assim, novas descobertas sobre tal conceito.

Desta maneira, o documento “Nosso Futuro Comum”, pôde ser considerado como a base para diversos debates que aconteceram durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), organizada pela ONU e sediada no Rio de Janeiro, em 1992. Conhecida como Cúpula da Terra ou Eco-92, contou com a participação de representantes de 179 países. Todos com um único intuito, discutir os problemas ambientais

globais e colocar o desenvolvimento sustentável como prioridade entre as metas a serem alcançadas pelos governos (DIAS, 2011). Dentre os vários documentos importantes para o desenvolvimento sustentável resultantes desta conferência, podemos destacar a Agenda 21 que é considerada a mais abrangente, e que veio estabelecer parâmetros para o alcance do desenvolvimento sustentável nas vertentes econômica, social e ambiental.

Contudo, a partir dos anos 2000 repercutia entre os países uma vasta preocupação sobre o meio ambiente, e com isto, via-se a necessidade de formular objetivos que vencessem os desafios enfrentados diariamente pelo mundo. Dessa forma, com o intuito de alcançar metas e definir aonde se pretendia chegar, surgia os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Uma agenda a ser cumprida pelos países-membros da ONU nos quinze anos que se decorreriam. Este instrumento viria fazer jus a todos os ideais de combate às problemáticas nas diferentes dimensões econômica, social e ambiental.

Assim, antes de passarmos para a próxima seção, observemos o Quadro 1, que traz um resumo dos principais acontecimentos relacionados com o desenvolvimento sustentável, apresentando desde o início das conferências até o surgimento da agenda 2030.

**Quadro 1** – Resumo dos principais acontecimentos relacionados com o DS

<b>Ano</b>	<b>Acontecimento</b>	<b>Observação</b>
<b>1962</b>	Publicação do Livro Primavera Silenciosa ( <i>Silent Spring</i> )	Livro publicado por Rachel Carson que teve grande repercussão na opinião pública e expunha os perigos do inseticida DDT.
<b>1968</b>	Criação do Clube de Roma	Organização informal cujo objetivo era promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes – econômicos, políticos, naturais e sociais -, que formam o sistema global.
<b>1968</b>	Conferência da UNESCO sobre a conservação e o uso racional dos recursos da biosfera.	Nessa reunião, em Paris, foram lançadas as bases para a criação do Programa; homem e a Biosfera (MAB).
<b>1971</b>	Criação do Programa MAB da UNESCO	Programa de pesquisa no campo das Ciências Naturais e sociais para a conservação da biodiversidade e para a melhoria das relações entre o homem e o meio ambiente.
<b>1972</b>	Publicação do livro Os limites do crescimento	Informe apresentado pelo Clube de Roma no qual previa que as tendências que imperavam até então conduziram a uma escassez catastrófica dos recursos naturais e a níveis perigosos de contaminação num prazo de 100 anos.

<b>1972</b>	Conferência das nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia.	A primeira manifestação dos governos de todo o mundo com as consequências da economia sobre o meio ambiente. Um dos resultados do evento foi a criação do programa das Nações unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA).
<b>1980</b>	I Estratégia Mundial para a Conservação	A IUCN, com a colaboração do PNUMA e do <i>World Wildlife Fund</i> (WWF), adota um plano de longo prazo para conservar os recursos biológicos do planeta. No documento aparece pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável”.
<b>1983</b>	É formada pela ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD)	Presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, tinha como objetivo examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis.
<b>1987</b>	É publicado o informe Brundtland, da CMMAD, o “Nosso Futuro Comum”.	Um dos mais importantes sobre a questão ambiental e o desenvolvimento. Vincula estreitamente economia e ecologia e estabelece o eixo em torno do qual se deve discutir o desenvolvimento, formalizando o conceito de desenvolvimento sustentável.
<b>1991</b>	II Estratégia Mundial para a Conservação: “Cuidando da terra”.	Documento conjunto do IUCN, PNUMA e WWF, mais abrangente que o formulado anteriormente, baseado no Informe Brundtland, preconiza o reforço dos níveis políticos e sociais para a construção de uma sociedade mais sustentável.
<b>1992</b>	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Cúpula da Terra.	Realizada no Rio de Janeiro, constitui-se no mais importante foro mundial já realizado. Abordou novas perspectivas globais e de integração da questão ambiental planetária e definiu mais concretamente o modelo de desenvolvimento sustentável. Participaram 170 Estados, que aprovaram a Declaração do Rio e mais quatro documentos, entre os quais a Agenda 21.
<b>1997</b>	Rio +5	Realizado em New York, teve como objetivo analisar a implementação do Programa da Agenda 21.
<b>2000</b>	I Foro Mundial de âmbito Ministerial – Malmo (Suécia)	Teve como resultado a aprovação da Declaração de Malmo, que examina as novas questões ambientais para o século XXI e adota compromissos no sentido de contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento sustentável.
<b>2000</b>	Declaração do Milênio	Com a Declaração do Milênio da ONU, nações renovaram seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável, por meio dos 8 ODM a serem alcançados até 2015.

<b>2002</b>	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio +10	Realizada em Johannesburgo, procurou examinar se foram alcançadas as metas estabelecidas pela Conferência do Rio – 92 e serviu para que os Estados reiterassem seu compromisso com os princípios do Desenvolvimento Sustentável.
<b>2005</b>	Protocolo de Kyoto	O protocolo de Kyoto entra em vigor, obrigando países desenvolvidos a reduzir os gases que provocaram o efeito estufa e estabelecendo o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para os países em desenvolvimento.
<b>2007</b>	Relatório do painel das Mudanças Climáticas	O painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) divulga seu mais bombástico relatório, apontando as consequências do aquecimento global até 2100, caso os seres humanos nada façam para impedi-lo.
<b>2010</b>	ISO 26000 – Responsabilidade Social	No dia 1º de novembro, a <i>International Standard Organization</i> (ISO) divulga a norma ISO26000 para a responsabilidade social e que terá grande impacto nas organizações, tornando-as mais sensíveis ao engajamento em projetos visando o desenvolvimento sustentável.
<b>2012</b>	Rio+20	A RIO+20 contribuiu para a definição da Agenda pós-2015, a qual serviu de marco de ação para os esforços mundiais de desenvolvimento até 2030.
<b>2015</b>	Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável	Aprovação da Agenda 2030 que, composta pelos 17 ODS e suas 169 metas, deve ser implementada até 2030.

Fonte: Dias (2011), adaptado pelo autor.

Assim, o quadro 1 apresenta na primeira e segunda coluna, respectivamente, o ano e o acontecimento marcante para o Desenvolvimento Sustentável. Já na terceira coluna é apresentado um breve resumo dos referidos acontecimentos. Logo, com o resumo exposto pelo quadro, podemos observar que a discussão, e porque não a luta pela questão ambiental é algo que permeia a história do planeta a anos, no qual tem instigado a união entre os países para a realização de conferências, fóruns e a criação de estratégias e documentos que fortaleçam o desenvolvimento sustentável.

Por isso, contribuindo para fortalecer esta temática, com a implementação da agenda 2030, as dimensões social, econômica e ambiental passaram a estar na pauta e ser o foco de diversos debates em inúmeros países. Tudo isso a partir de 2015 com a implementação da agenda, onde os países começaram a traçar formas de alcançar as metas e os objetivos

propostos pelo documento “Transformando Nosso Mundo”. Como podemos observar na próxima seção.

### **3 AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

A partir da Cúpula da Terra em 1992, e em decorrência dos inúmeros debates nas conferências internacionais sobre a temática ambiental, no mês de setembro de 2000, durante a Cúpula do Milênio das Nações Unidas, foram estabelecidos oito principais objetivos, também conhecidos como “8 jeitos de mudar o mundo”. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) vinham com o intuito de promover um considerável desenvolvimento na sociedade até o ano de 2015, o qual 192 países-membros da ONU assinaram um pacto para alcançar os objetivos até o ano previsto (ONU, 2015). Dessa forma, quanto aos objetivos do Milênio, Garcia (2016) destaca sua opinião, expondo que,

Os ODM demonstraram que metas funcionam [...] eles ajudaram a acabar com a pobreza, mas não completamente, sendo nesse sentido que a ONU procurou estabelecer novos objetivos a fazerem parte de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável que deve complementar e avançar o trabalho dos ODM, não deixando ninguém para trás (GARCIA, 2016, p.34).

Logo, é perceptível os benefícios que os ODM trouxeram para o planeta, entretanto, como o autor destaca, tais objetivos não conseguiram acabar completamente com os desafios encontrados na sociedade e se fez necessário uma agenda que trouxesse um maior comprometimento para os países envolvidos. Nesta lógica, no ano de 2012 com o lançamento do documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) “O futuro que queremos”, dava-se início as discussões acerca da nova agenda

O documento “lançava as bases para que os países-membros da ONU construíssem, coletivamente a partir da experiência exitosa dos ODM, um novo conjunto de objetivos e metas voltadas para o desenvolvimento sustentável, que passariam a vigorar no período pós-2015” (ROMA, 2019, p. 38). Foi a partir deste, que se concretizou a integração entre os aspectos econômicos, social e ambiental do desenvolvimento. Além disso, ele foi de suma importância para as obrigações dos ODS, e o lançamento de suas bases (ONU, 2015).

Seguindo esta lógica, somente em 2015 foi aprovado na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, o documento final “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que estabeleceu os 17 ODS e suas respectivas metas. Os ODS entraram em vigor em 1º de janeiro de 2016 e espera-se que sejam

cumpridos até 31 de dezembro de 2030, podendo algumas metas serem alcançadas antes. Com a elaboração do documento, chefes de Estado e representantes de 193 países-membros que integravam a Assembleia Geral da ONU, puderam adotar o documento que viria traçar novas estratégias de desenvolvimento.

Entretanto, cabe ressaltar que,

Esta agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global, e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015, p. 1).

Nesta perspectiva, os pilares fundamentais da agenda 2030 são as pessoas, o planeta, a prosperidade, a paz e a parceria, que de tal forma, se inserem nos objetivos e estão ligados com as dimensões do desenvolvimento sustentável, isto é, com o econômico, social e ambiental, estes que devem acima de tudo, serem compreendidos e aplicados de maneira equilibrada, como também integrada. Dentro das várias resoluções que a agenda 2030 traz, podemos destacar o combate à desigualdade, bem como a construção de sociedades justas e inclusivas, cujo objetivo é atingir aqueles mais vulneráveis da sociedade. Ressalta-se ainda, que as metas e principalmente os objetivos propostos pela agenda estão conectados uns aos outros, ou seja, quando se atinge uma meta as demais são afetadas positivamente (ONU, 2015). Na figura 1 podemos observar os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

**Imagem 1 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**



Fonte: (PNUD, 2015).

Buscando suprir os desafios não atingidas pelos ODM, estes 17 objetivos estabelecidos pela agenda 2030, estão pautados nas dimensões social, ambiental e econômica, e possuem uma integração ao longo de suas 169 metas. Dessa forma, a agenda busca colocar em prática as estratégias globais do desenvolvimento sustentável, o qual deve ser abraçada pelos países para que juntos possam atuar de forma eficiente atingindo os ODS até 2030, e consequentemente, contribuindo para um planeta melhor, nas diversas dimensões e principalmente no tocante a gestão pública e às políticas do País (BRASIL, 2017). No entanto, para saber se os objetivos e as metas estão sendo atingidos com sucesso, se faz necessário realizar todo um processo, no qual,

Serão acompanhados e revisados por meio de um conjunto de indicadores globais, desenvolvido pelo Grupo Interagencial e de Peritos sobre os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (GIPI-ODS). O processo de acompanhamento e revisão será informado anualmente pelo Relatório do Progresso dos ODS, a ser preparado pelo secretário-geral. As reuniões anuais do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável terão um papel central na revisão do progresso dos ODS no âmbito global. Governos também desenvolverão os próprios indicadores nacionais para ajudar a acompanhar o progresso dos objetivos e metas (PNUD, 2015, p. 15).

Neste contexto, fica evidente que os indicadores e a agenda 2030 devem andar lado a lado. Entretanto, faz-se necessário salientar que para que a agenda 2030 supere as expectativas quanto aos ODM, os países devem abraçar a causa, isto é, não somente implementá-la, mas “os governos têm a responsabilidade primária de realizar acompanhamento e revisão, tanto em âmbito nacional quanto regional e global, do progresso alcançado na implementação dos objetivos e metas até 2030” (BRASIL, 2017, p. 09). Tendo em vista que é uma ação coletiva, e que todos da sociedade estão envolvidos, seja por parte das instituições governamentais, da sociedade civil e setor privado, ou seja, abrange os cidadãos em geral.

Como já explanado anteriormente, os ODM trouxeram ganhos para o DS, entretanto, existe um consenso de que a agenda 2030 enfrentará inúmeros entraves, isto é, questões que não foram resolvidas durante anos e que impediram o desenvolvimento. A priori, podemos citar algumas metas do milênio que não foram atingidas, tais como o crescimento da desigualdade social, a sustentabilidade socioambiental, o combate às diversas discriminações e dentre outros problemas. Logo, para combater os inúmeros desafios globais, é de suma importância o poder local buscar adequar as metas e indicadores nacionais à realidade, traçando um diálogo entre as políticas locais, no que se refere às estratégias de ação da agenda

2030, e é claro, levando em consideração a participação e engajamento da sociedade civil (BRASIL, 2017). Para tanto,

os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas metas desafiam todos os países a serem ambiciosos e inovadores a fim de estabelecer meios de implementação inclusivos, eficientes e transparentes para tornar realidade essa complexa agenda de desenvolvimento, do nível global ao subnacional. (BRASIL, 2017, p. 06).

Assim, cabe a cada país, estado ou município se destacar e buscar fazer das dificuldades encontradas no caminho, oportunidades para atingir os ODS, ou seja, reforçar as prioridades e potencializar suas estratégias no tocante às ações e políticas públicas. Tudo isso com o intuito, o de promover um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável, como também eficiente e transparente.

Dessa forma, em relação às situações enfrentadas por cada país e levando em consideração que cada localidade possui sua forma de se desenvolver, destaca-se que a agenda 2030 não se restringe em apenas uma realidade. Ela engloba diversas realidades nacionais, seja em países desenvolvidos ou que ainda estão em desenvolvimento, onde cada qual possuem suas intensidades distintas e adaptáveis às realidades nacionais (ONU, 2015). Ressalta-se ainda, que diferentemente dos ODM que priorizavam os países em desenvolvimento, particularmente os mais pobres, os ODS são aplicados em todos os países, independentes de serem desenvolvidos ou não (PNUD, 2015).

No Brasil, com a promulgação do Decreto nº 8.892/2016 (30) a população e especialmente, a agenda 2030 pôde contar com um forte aliado, uma vez que foi criada Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNOODS), que veio com o objetivo de internalizar, difundir e dar transparência no tocante a implementação da “Agenda 2030” do Desenvolvimento Sustentável (BRASIL, 2017).

Portanto, considerando a atual realidade e diversidade que define o Brasil, a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) surge como um mecanismo e porque não uma oportunidade, para o aperfeiçoamento da administração pública e principalmente para a aplicação de políticas eficazes, que acima de tudo consolidem avanços nas diversas dimensões social, econômica e ambiental, seja no âmbito local, regional ou até mesmo nacional. Por isso, a agenda deve ser abraçada por todos e trabalhada em parcerias, para que assim, as metas e objetivos possam ser alcançados de forma eficaz.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo será apresentado os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. Explanando o tipo da pesquisa, o cenário da pesquisa, a forma de coleta de dados, bem como a análise.

### 4.1 TIPO DE ESTUDO

Quanto à natureza, o estudo se caracteriza como qualitativo, pelo fato da observação participante, adquirida através do contato com o representante do local estudado, bem como com o próprio município, possibilitando assim, um olhar mais consistente acerca das questões que envolvem a dinâmica das mesmas. Para Prodanov e Freitas (2013) este tipo de pesquisa está ligado a inúmeros fatores, como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Com o intuito de “[...] fornecer análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamentos” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 269).

A pesquisa se caracteriza, ainda, como do tipo exploratória e descritiva, quanto aos objetivos do estudo. Exploratória, com vistas a conseguir informações ou conhecimentos acerca do município de Sumé-PB. A pesquisa exploratória é utilizada em casos onde se faz necessário definir o problema com melhor precisão (MALHOTRA, 2001).

Já no que tange o estudo descritivo, ele “pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVINÕS, 1987, p. 110). No caso específico deste estudo, a pesquisa é descritiva por se tratar de uma temática pouco abordada no arcabouço conceitual brasileiro, já que trata das experiências de um município quanto à agenda 2030.

Assim, foi realizada a entrevista com o gestor da cidade de Sumé-PB, no qual teve suas respostas observadas e analisadas, com o intuito de verificá-las diante da realidade que o município vivencia no quesito agenda 2030. Ao final, os resultados obtidos desencadearam uma base para discussão. Logo, este tipo de pesquisa ocorre quando o pesquisador apenas descreve os fatos observados sem inferir neles (FREITAS; PRODANOV, 2013).

Para fornecer informações e contribuir com a pesquisa na fundamentação teórica, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, em que foram selecionados diversos artigos científicos, livros e sites que tratam do tema pesquisado e que dão fundamento para o trabalho.

O trabalho classifica-se como um estudo de caso, pois, foi estudado um município da microrregião do cariri ocidental da Paraíba, especificamente a cidade de Sumé-PB, com o

intuito de analisar a realidade a localidade diante da agenda 2030. Assim, este tipo de pesquisa “é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p.32).

#### 4.2 LOCAL DE ESTUDO

O município de Sumé – Paraíba está localizado na microrregião do Cariri Ocidental, e fica a 250 km de distância da capital, João Pessoa. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE o município possui uma população estimada de 16.966 habitantes e área de 864 km, sendo o segundo maior município do Cariri Ocidental paraibano e representando 1,53% da área do Estado. Apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM, 2010) de 0,627. A cidade tem como limítrofes ao norte: São José dos Cordeiros e Itapetim (PE); ao sul: Camalaú e Monteiro; à leste: Serra Branca e Congo; à oeste: Ouro Velho, Prata e Monteiro.

Sumé se destaca na região do Cariri na área de saúde, pelo fato de ter um Hospital e Maternidade, como também por sediar um dos polos do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Cariri Ocidental (CISCO) que atende as demandas da cidade e dos municípios vizinhos. Na área educacional se destaca por possuir duas instituições de ensino superior, uma pública e outra privada, quais sejam, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da UFCG, campus Sumé e a Faculdade do Cariri (UNICIR).

#### 4.3 COLETA DE DADOS

Para obtenção das informações norteadoras desse estudo, a técnica de coleta de dados se deu por meio da entrevista semiestruturada, no qual foi aplicado ao prefeito do município de Sumé. Todas as perguntas possuíam relação com os 7 (sete) objetivos da agenda 2030 estudados nesta pesquisa: 1) Erradicação da Pobreza; 2) Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3) Saúde e Bem Estar; 4) Educação de Qualidade; 5) Igualdade de Gênero; 6) Água Potável e Saneamento e 11) Consumos e Produção Responsáveis.

Destaca-se que determinada ação ou políticas desenvolvida pelo município podem contribuir para outros objetivos não estudados aqui, uma vez que, os ODS possuem uma integração entre si. A entrevista aconteceu no mês de novembro e teve duração média de 20 minutos, foi gravada via celular e posteriormente, transcrita para assim, ser analisada.

#### 4.4 TRATAMENTO DE DADOS

Após a coleta de dados, com o intuito de fazer o tratamento dos mesmos. Inicialmente foram submetidos a análise de dados, para tal, foi utilizado o *software Iramuteq (Interface de R pour analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)*, que é um programa gratuito desenvolvido sob a lógica do *open source*, licenciado por GNU GPL (v2). Ele ancora-se no ambiente estatístico do *software R* e na linguagem *python* (CAMARGO; JUSTO, 2013). Posteriormente a etapa de análise pelo *software*, deu-se início a outra etapa de compreensão e discussão dos resultados, destacando trechos da fala do entrevistado e relacionando com a teoria.

### 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para apoiar a análise geral dos dados desta pesquisa, inicialmente foi utilizado o *software Iramuteq (Interface de R Pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)*. A partir deste programa é possível realizar diversas análises, que variam desde as mais simples como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até as multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude).

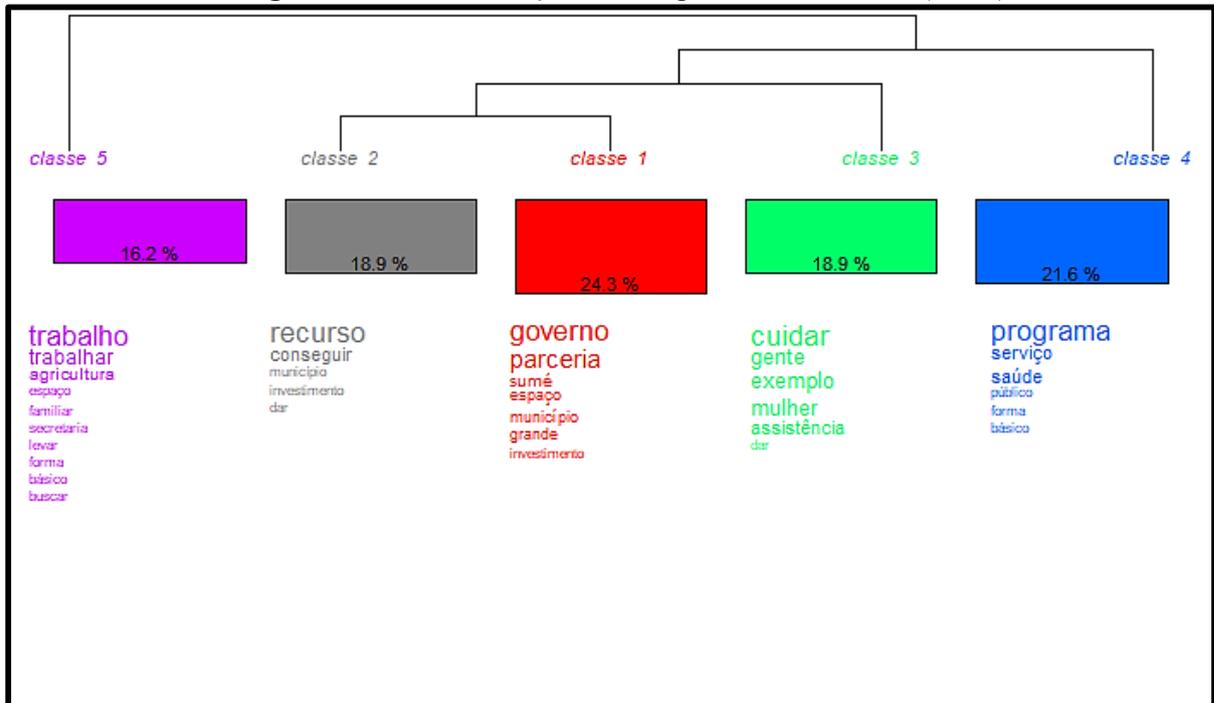
Assim, para o desenvolvimento da pesquisa o *software* atuou analisando as respostas obtidas do entrevistado. A priori, foi realizado uma análise sobre o discurso do gestor e apresentadas as palavras que aparecem com maior frequência e as suas devidas classes e interligações. Para tanto, será possível perceber as similaridades nos corpus textual analisado e conseqüentemente os seus pontos de ligações durante o discurso do entrevistado.

Inicialmente, seguindo as configurações do programa, foi necessária a elaboração em um único documento de um corpus textual. Entretanto, para separar as perguntas e realizar a análise, foi utilizado a seguinte identificação: (\*\*\*\* \*pergunta\_1). Logo, tendo em vista que o *Iramuteq* disponibiliza diversos gráficos, especificamente para esta pesquisa foi usado apenas três, Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Análise de Similitude e a Nuvem de Palavras.

Portanto, com o intuito de apresentarmos a análise do *software*, logo abaixo será possível observar o Denograma 1 - da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), no qual identificou, agrupou e organizou as palavras mais mencionadas durante a fala do entrevistado. Assim, o corpus utilizado no gráfico a seguir, se constitui das respostas obtidas durante a entrevista, onde foram separadas em classes de vocábulos de acordo com sua

frequência e posteriormente divididas em segmentos de texto (ST). Tal divisão possibilitou a visualização das categorias mais frequentes e aproximadas, iniciando de forma descendente e com seu respectivo percentual.

**Denograma 1 - Classificação Hierárquica Descendente (CHD)**



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Nessa representação gráfica, que deve ser lida da esquerda para a direita, temos cinco partições ou interações. A primeira divisão consiste na classe 5 (cinco) que corresponde à 16,2% dos vocábulos presentes no corpus analisado, nela podemos encontrar os termos relacionados ao agricultor, apresentando termo como trabalho, agricultura, espaço, secretaria e entre outros. Num segundo momento, um dos *subcorpus* foi dividido em dois, obtendo-se a classe 4 (quatro), com 21,6% e palavras voltadas para a saúde, tais como programa, serviço, saúde, público e etc.

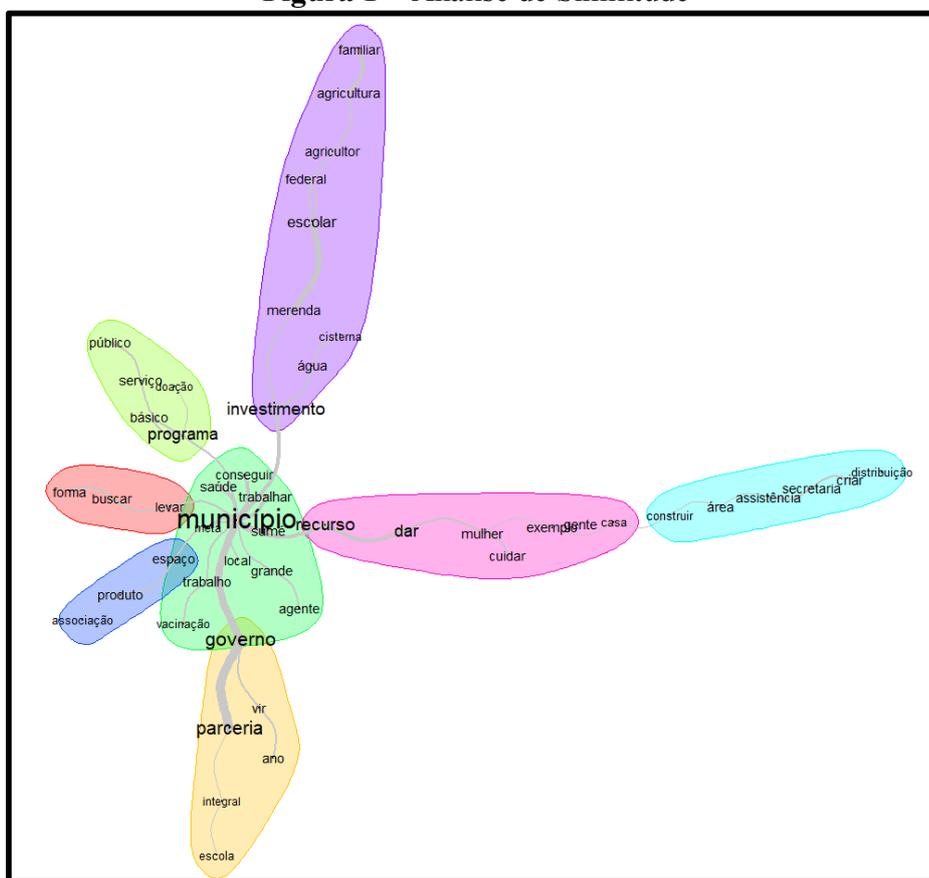
Na terceira divisão, originou-se mais uma partição, a classe 3 (três), equivalendo a 18,9% que pode ser compreendida com palavras relacionadas a proteção social e gênero, como cuidar, gente, mulher, assistência e entre outros. Num quarto momento, há mais partições, formando as classes 2 (dois) e 1 (um), com porcentagens de 18,9% e 24,3% respectivamente. Essas classes, voltam-se para as ações do governo, contendo palavras como, recursos, governo, parcerias, município, investimento e etc. Assim, portanto, a classificação foi encerrada após as conclusões supracitadas, já que as 5 (cinco) classes

mostraram-se estáveis, ou seja, compostas de unidades de segmentos de texto com vocabulário semelhante.

Portanto, o resultado do Dendograma (CHD), trouxe as proximidades existentes entre as palavras. No qual, algumas acarretaram uma ligação com a outras, entretanto, podemos observar que existem os termos que possuem uma melhor relação entre si, e que trazem palavras mais específicas e que estão relacionadas com algum objetivo proposto pelo estudo.

Em seguida, na Figura 1, temos a representação denominada de Análise de Similitude, que apresenta os termos mais usados e suas respectivas interligações, disponibilizando uma espécie de ramificação e assim, facilitando a visualização de suas conexões ou ramificações, como podemos observar a seguir:

**Figura 1 – Análise de Similitude**



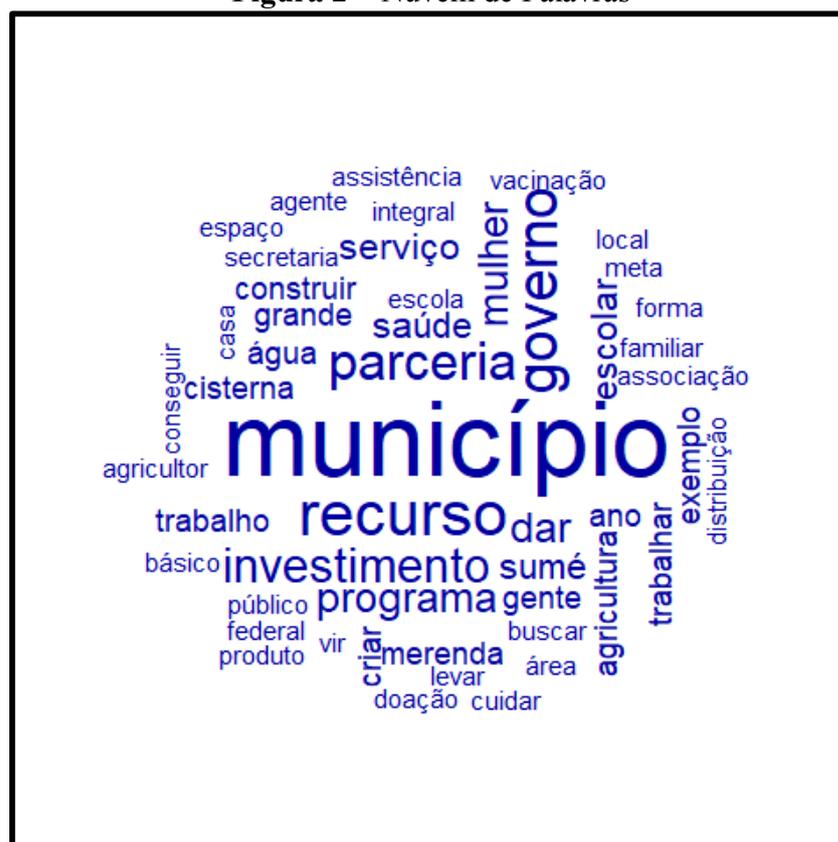
**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

A partir da análise de similitude, é interessante observarmos a interconexão existente entre as palavras, principalmente aquelas que se localizam na parte central. De acordo com a representação gráfica, no discurso do prefeito o termo município ficou em destaque, onde podemos perceber também uma conexão mais forte (pela espessura do traço e pela sua centralização no gráfico), entre os termos município e recurso. Seguido dos termos que

também se associam, como: governo, parceria, investimento, programas e etc. Nas regiões mais distantes do centro podemos encontrar as seguintes palavras: associação, escola, distribuição, público e entre outros. Logo, com o gráfico podemos perceber a conexão entre as palavras do discurso do prefeito. É claro, que existem algumas com mais evidências do que outras.

Após a análise de similitude, partimos para a última representação gráfica realizada no corpus, que é a Nuvem de Palavras que baseia-se na frequência das palavras para destacar àquelas mais frequentes para ficar em evidência no agrupamento realizado pelo *software*. De acordo com Camargo e Justo (2013) essa análise pode ser considerada simples, entretanto, possui um melhor aspecto visual em relação aos demais gráficos, destacando as palavras de maior frequência e conseqüentemente agrupando os demais termos. Logo, a partir do método de nuvem é possível observar a identificação das palavras-chave do corpus.

**Figura 2 – Nuvem de Palavras**



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Observando a nuvem de imagem, assim como no gráfico anterior, a palavra “município” fica em destaque aparecendo centralizada e com um maior tamanho em relação as demais, e novamente aparece muito próxima a palavra “recursos” se aproximando também da palavra “parceria”. Juntando esses três termos podemos compreender que, a união deles

são primordiais para o desenvolvimento sustentável, uma vez que, e a parceria está dentro dos pilares da agenda 2030. Assim, as parcerias e alianças têm sido definidas como “o coração” da agenda 2030, sendo um mecanismo efetivo para combater os desafios dos ODS (ONU,2015). Portanto, com a representação da nuvem de palavras, não há como negar a evidente relevância e relação entre os termos município, parceria e recursos. Isto é, eles possuem um sentido muito significativo no discurso do entrevistado, uma vez que foram palavras ditas no decorrer da entrevista.

Após analisarmos os dados pelo *software Iramuteq*, com o intuito de nos aprofundarmos na pesquisa e identificarmos as ações e programas que o município desenvolve nas diversas dimensões, fez-se necessário um melhor detalhamento da entrevista com o gestor, expondo alguns trechos de sua fala e relacionando com a teoria estudada.

Inicialmente, considerando que a agenda 2030 deve ser trabalhada integralmente dentro dos municípios e que é dever dos gestores terem conhecimento sobre tal documento. Para começar a entrevista o prefeito foi indagado a falar sobre o seu conhecimento sobre a agenda 2030, o mesmo fez a seguinte explanação:

#### **Quadro 2 – Conhecimento sobre a Agenda 2030**

	<b>RESPOSTA</b>
<b>AGENDA 2030</b>	<i>“O que eu sei é que é uma agenda desenvolvida pela ONU, que traça objetivos a serem alcançados entre os anos de 2015 a 2030, em várias áreas.”</i>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Com a resposta do gestor, foi possível perceber que o mesmo não possuía um vasto conhecimento sobre a agenda, no qual buscou responder de forma sucinta à pergunta, não levantando nenhuma outra questão sobre. Ressalta-se que mesmo com a curta resposta do entrevistado, o pesquisador fez uma explicação sobre a agenda 2030, para que assim pudesse esclarecer e dar continuidade a entrevista.

Partindo para os objetivos, o primeiro da agenda 2030 é a Erradicação da pobreza, onde e em seu preâmbulo vem exposto a seguinte afirmação: “[...] a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, tais como a extrema pobreza é o maior desafio e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável”. Sena (2016) em sua pesquisa sobre a agenda 2030, especificamente sobre a erradicação da pobreza, destaca que esta é uma problemática que atinge todo o país, entretanto, a região nordestina, especialmente

semiárida, onde mostra níveis de pobreza mais elevados do que o resto do país. Para tanto, é de suma importância trabalhar com programas voltados para os menos favorecidos, como também facilitar os serviços básicos. Assim, quando questionado sobre as questões ligadas ao objetivo 1, alguns dos trechos da fala do prefeito foi:

**Quadro 3** – Preocupação do Município em relação a erradicação da pobreza

	<b>RESPOSTA</b>
<b>ERRADICAÇÃO DA POBREZA</b>	<i>“A gente tem feito vários investimentos na área da assistência social, o nosso bolsa família por exemplo, ele beneficia cerca de 2.800 famílias. Temos o CRAS e o CREAS. Na área da saúde com os serviços básicos, onde buscamos priorizar da melhor forma possível. Então, nós temos uma série de programas e serviços que trabalham em conjuntos e que são voltados para aquele público do nosso município que mais necessita.”</i>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Dessa forma, percebe-se que o município vem buscando contribuir para a diminuição da pobreza com a implantação e fortalecimento de programas que apoiem os menos favorecidos. Uma vez que, as metas do objetivo número 1 (um), incluem proteção social e acesso aos serviços básicos. Assim, o desenvolvimento sustentável depende da superação da pobreza, incluindo a pobreza extrema, o que é essencial para o pleno exercício da cidadania, em um ambiente de justiça e paz social (CNODS, 2017).

Ainda dentro dessa temática da pobreza, mas seguindo um outro foco da agenda, temos a alimentação, que é uma necessidade básica essencial para o ser humano. E é a partir dela que podemos nos desenvolver em diversos sentidos, entretanto, quando falamos em acabar com a fome, estamos falando do preenchimento de todas as refeições diárias.

Nesta lógica, o objetivo número 2 (dois) vem trazer a Fome Zero e Agricultura Sustentável. Assim, antes de adentrarmos na resposta do entrevistado, vale destacar que o município de Sumé tem implementado políticas voltadas para os mais vulneráveis. Sendo um dos primeiros municípios do estado, a aderir o Plano de Alimentação de Segurança Alimentar.

O município ainda conta com o Plano de Aquisição Alimentar (PAA), que distribui atualmente leite, mas que já beneficiou a população carente com distribuição de queijos, frangos e peixes. Segundo o prefeito, um outro programa que o município pretende implementar, é o Cozinha Solidária, que tem o objetivo de distribuir alimentos prontos para a população mais carente. Ainda contribuindo para a questão da fome, podemos nos atentarmos a fala do prefeito, onde ele diz *“o município possui uma lei que autoriza a doação de*

*alimentos para aqueles que são encontrados em situação de vulnerabilidade, este trabalho é realizado pela equipe do CREAS e ou CRAS.”*

Ainda dentro do objetivo número 2 (dois), quando questionado sobre a agricultura sustentável, podemos destacar um trecho da fala do prefeito:

**Quadro 4 – Atenção do município quanto a fome e agricultura**

<b>FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL</b>	<b>RESPOSTA</b>
	<i>“Fomos um dos pioneiros da Paraíba a criar a feira agroecológica, que traz comercialização sustentável e saudável de produtos advindos da agricultura. O município ainda conta com a casa da agricultura e economia solidária, que trabalha com produtos oriundos da agricultura familiar. Estamos investindo também com capacitação aos agricultores para aprenderem a fazer silagem e estamos sempre comprando diversos equipamentos agrícolas.”</i>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Outro fator importante a ser evidenciado, são as parcerias que o município possui com o governo do estado. Atualmente, Sumé conta com a sede do Procase, que tem contribuído para o desenvolvimento rural sustentável e amenizado os níveis de pobreza rural. Outro ponto importante, é que recentemente, o município conseguiu a sede do escritório do Cooperar, que vai contribuir de forma significativa para a agricultura familiar, injetando recursos por meio das associações.

Dessa forma, podemos observar que no quesito fome e agricultura sustentável, o município tem se destacado. Com a aquisição de programas voltados para o público mais carente. E em relação a agricultura, graças as parcerias com o governo do estado, o município tem proporcionado novas perspectivas de geração de emprego, e melhor ainda, contribuído para a fixação do homem no campo. Tendo em vista, que segundo o prefeito boa parte da população sumeense reside na zona rural.

O Objetivo número 3 (três) da agenda é Saúde e Bem-Estar, de acordo com o documento da agenda, “O Futuro que queremos”, a saúde continua sendo objeto de atenção, onde ele afirma, logo de início, que “a saúde é, simultaneamente, uma condição prévia, um resultado e um indicador de todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável (social, econômica e ambiental)”.

Portanto, em relação a saúde sumeense, podemos considerar que é uma área em que segundo o prefeito tem conseguido alcançar de forma eficaz as metas propostas pelo Ministério da Saúde, isto é, buscando desenvolver ações voltadas para as diversas camadas do

município, especialmente os de baixa renda. Assim, podemos destacar um trecho da fala do prefeito, quando interrogado sobre a área da saúde:

**Quadro 5** – Atenção do município quanto as questões da Saúde

SAÚDE E BEM-ESTAR	RESPOSTA
	<p><i>“Os PSF estão fazendo os seus trabalhos que vão desde a atenção básica, do acompanhamento do pré-natal até as campanhas de vacinação. Isso aí, é uma constante, ou seja, não para, porque temos metas a atingir e monitorar.”</i></p>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Cabe salientar que o município possui um diferencial na região, no qual possui um Hospital e Maternidade que segundo o entrevistado tem realizado em torno 30 cesarianas e partos normais por mês. Outro diferencial, é que o município conta o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Cariri Ocidental, onde realiza diversos exames, suprindo as demandas de Sumé e dos municípios vizinhos. A cidade ainda conta duas academias da saúde, totalmente gratuitas para a população. Logo, levando em consideração a complexidade que envolve a área da saúde e do bem estar, podemos perceber que o município tem realizado ações que visem eficazes no tocante a saúde.

Entretanto vale destacar que, segundo Buss *et al* (2014), especialmente as questões de saúde não são apenas influenciadas pelas metas do terceiro objetivo, mas também pelos demais, como por exemplo, eliminação da fome, segurança alimentar, nutrição segundo necessidades, redução da desnutrição, desenvolvimento infantil, acesso à água de qualidade e saneamento com redução de doenças, desastres naturais e mortes, violência e saúde, poluições de ar, solo e água e suas influências sobre saúde. Ou seja, grande parte dos objetivos do desenvolvimento sustentável estão interligados, no qual alguns dependem diretamente do avanço de outros, sendo assim, um trabalho em conjunto.

O 4º (quarto) ODS, é a Educação de Qualidade. É importante ressaltar que este fator é determinando para o desenvolvimento social e deve ser prioridade em todas as esferas. Para tanto, a agenda 2030 vai buscar assegurar a educação inclusiva e equitativa, garantindo que todos do ensino primário e secundário tenham ensino de qualidade, promovendo acima de tudo, oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ONU, 2015). Assim, quando questionado sobre a educação no município, o prefeito expôs a seguinte fala:

### Quadro 6 – Garantia da Educação de Qualidade

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	RESPOSTA
	<p><i>“O nosso município tem buscado levar da melhor forma a educação para todos. Independente de idade. Implementando em escolas e creches o ensino integral. Profissionais especializados para estudantes com deficiência. E fazendo parcerias com o governo do estado, com a oferta de cursos profissionalizantes, tais como o Mediotec e o cursos FIC (Paraibatec). Contamos ainda com parcerias de faculdades privadas e pública como a UFCG e a UNICIR.”</i></p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Como observado, o município tem buscado proporcionar a população uma educação de qualidade, que perpassa desde as infraestruturas até o ensino das escolas. Levando educação de qualidade as diversas faixa-etárias de estudantes, ou seja, desde as creches até o ensino médio. Além de estar buscando programas e parcerias na área educacional.

Logo, é interessante destacar que, como já comentado durante o estudo, os objetivos estão interligados e um contribui para o outro. E o ODS 4 não fica para trás, uma vez que os investimentos na área da educação são essenciais para a redução das desigualdades, e acima de tudo para a promoção de uma melhor assistência aos estudantes e suas famílias. Logo, percebe-se uma educação de qualidade, traz consequentemente, benefícios para os demais objetivos, dentre eles a redução da pobreza (UNESCO, 2016).

O objetivo número 5 (cinco), traz metas a serem alcançada no tocante a Igualdade de Gênero, que dentre de suas várias metas, vem buscar combater a discriminação e a violência, empoderar as mulheres, mas acima de tudo fortalecer as políticas para este público. Destarte, a início é importante destacar que recentemente o município de Sumé teve uma grande conquista para o público feminino, que foi o Centro de Referência da Mulher, este que veio com o intuito de apoiar as mulheres em diversas situações, especialmente no tocante a violência. Tal ação foi algo demandado pela sociedade e alcançado com sucesso.

Dessa forma, ganhos como estes, é considerado como mais uma contribuição para o alcance das objetivos da agenda, haja vista que uma sociedade participativa é primordial para a criação e implementação de programas e políticas e que contribuam para a agenda 2030 (ONU, 2015). No quesito democracia participativa, vale frisar que o município conta com o Orçamento Democrático Municipal (ODM), o que permite a população demandar, influenciar ou decidir sobre os recursos públicos.

Para tanto, sabendo que as políticas voltadas para o gênero são de suma importância para o alcance da igualdade entre os cidadãos, quando questionado sobre como o município trata questões voltadas para este público, podemos destacar o seguinte trecho do entrevistado:

**Quadro 7 – Ações voltadas para a inclusão e Igualdade de Gênero**

<b>IGUALDADE DE GÊNERO</b>	<b>RESPOSTA</b>
	<i>“Dentro da Secretaria de Assistência Social, existe um departamento voltado para políticas inclusivas para as mulheres e o público LGBTQI. Ou seja, este público fica assegurado por este setor. Já em relação ao mercado de trabalho, temos, por exemplo o Empreender Mulher, que vem justamente para o empoderamento delas. Para dar uma força aquelas que são empreendedoras no nosso município.”</i>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Assim, é perceptível que o município tem buscado trabalhar da melhor forma, quando o assunto é gênero. Ou seja, alcançando desde as questões de violência até a inclusão no mercado de trabalho. Logo, as preocupações voltadas para o público feminino são de grande relevância para o alcance das metas e objetivos da agenda 2030, uma vez que, a igualdade de gênero não é apenas um direito fundamental, mas a ponte para a construção de um mundo pacífico, próspero e sustentável (ONU, 2015).

Por isso, as políticas e ações locais são essenciais para assegurar melhores condições de vida as mulheres e principalmente para deixar um legado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e poder estimular o empoderamento e consequentemente, promover o desenvolvimento sustentável. Tendo em vista que, “a participação das mulheres na tomada de decisão, seja política, econômica, na esfera pública e familiar, com direitos de igualdade para a liderança, em todos os níveis, constituem metas de ação com grande impacto.” (SENA, 2016, p. 677).

Outro objetivo escolhido foi o 6º (sexto), que fala sobre “Água Potável e Saneamento”. A escassez da água é uma problemática que afeta mais de 40% da população mundial, e que tende a subir em decorrência das mudanças climáticas do clima e principalmente da má gestão dos recursos naturais (ONU, 2015). Logo, tendo em vista que a região nordeste é a que mais sofre com a escassez, foi levantada a seguinte pergunta ao prefeito, como o município faz para dar acesso aos cidadãos que sofrem com a escassez, especialmente os da zona rural? Obtivemos a seguinte resposta,

**Quadro 8 – Acesso a água e Saneamento**

<p align="center"><b>ÁGUA POTÁVEL E SANEMANENTO</b></p>	<p align="center"><b>RESPOSTA</b></p>
	<p><i>“O Procace do governo do estado tem sido um grande parceiro para o nosso município. Pois ele tem feito diversos investimentos, como sistemas de água dessalinizada. Temos as cisternas de placas. Estamos pleiteando agora o “segunda água”, que é a segunda etapa do programa de cisternas. A primeira que são as cisternas de 16.000 litros que serve para consumo humano. E a segunda são cisternas calçadão, de enxurrada, barreiro trincheiras, para você ter uma base a gente jaz fez 63 aqui dessas três tecnologias.”</i></p>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Durante a entrevista foi possível perceber a preocupação e o suporte que o gestor tem com o homem do campo, que vai desde a agricultura familiar até o acesso a água, onde recentemente o prefeito assinou uma ordem de serviço para uma obra de abastecimento de água para as comunidades de santo agostinho, jaguaribe e adjacências. O projeto está orçado em R\$ 400,00 (Quarenta mil), e é um convenio firmado com a Fundação nacional de Saúde (FUNASA). Tal projeto, é uma demanda do orçamento democrático municipal (ODM), ou seja, é fruto da participação da sociedade.

Nesta lógica, é dever de todos os governos locais, buscar realizar ações que deem acesso a água, especialmente para os agricultores, resultando, portanto, “em avanços significativos para a melhoria dos indicadores ambientais, econômicos, sociais e de saúde na região, pela importante relação que tem o acesso à água (seja para agricultura, indústrias, uso doméstico) com as dimensões do desenvolvimento sustentável.” (SENA, 2016, p. 678). Entretanto, como já comentado anteriormente, é essencial a participação da sociedade em assuntos como estes, buscando exigir dos seus representantes os seus direitos.

Outro ponto importante a ser destacado, é que o município de Sumé tem investido mais de R\$ 2 milhões em obras do esgotamento sanitário, alcançando os diversos bairros da cidade. A ação é mais uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Assim, é mais uma medida importante para a saúde da população local, bem como a preservação do meio ambiente.

Um outro objetivo escolhido para o estudo e considerado essencial para a agenda 2030, é o número 12 (doze), “Consumo e Produção Responsáveis”. Este objetivo possui diversas metas para os municípios, entretanto, a pergunta realizada ao gestor buscou envolver um dos temas mais discutidos em escala global, que é a questão dos resíduos sólidos. Dessa forma, quando interrogado como o município lida com essa temática, obtivemos a seguinte resposta:

**Quadro 9** – A problemática dos Resíduos Sólidos

<b>CONSUMOS E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS</b>	<b>RESPOSTA</b>
	<i>“No local do antigo lixão estamos construindo uma pista de motocross, por isso a área está isolada. Estamos trabalhando na regularização do atual aterro. Os resíduos hospitalares de PSF e laboratórios do município não vão para lá. Nós contratamos uma empresa mediante licitação e essa empresa recolhe esse lixo e leva para os incineradores licenciados em João Pessoa, então já é um avanço para o nosso município. E agora estamos buscando recursos para fazer os galpões e outros investimentos.”</i>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

A gestão de resíduos, no contexto do ODS, significa garantir uma vida saudável e um planeta saudável tanto no presente como no futuro. A boa gestão destes é relevante e apoia a implementação de muitos outros, senão todos os objetivos (ONU, 2015). Assim, conforme a fala do prefeito, foi possível observar que o município precisa aumentar os investimentos no tocante aos resíduos sólidos. É claro, que existe algumas ações realizadas pela gestão que contribuem positivamente para a questão. Entretanto, ainda tem muito a se fazer.

Como curiosidade do pesquisador, foi realizado uma última pergunta ao entrevistado, questionando se o município possuía algum problema crucial, difícil de combater. Foi obtido a seguinte resposta,

**Quadro 10** – Problema Crucial no Município

<b>PROBLEMA MUNICIPAL</b>	<b>RESPOSTA</b>
	<i>“O aterro sanitário é um. E outro grande problema, que inclusive é nacional e que tem impacto em vários outros locais, é o desemprego.”</i>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Assim, é perceptível que pelo fato do município ser pequeno, não consegue suprir as demandas da população, não conseguindo, portanto, gerar a quantidade de empregos suficientes. Entretanto, o prefeito ainda alegou que mesmo em meio a dificuldade, o município se sobrasai em relação a municípios maiores, como Monteiro que no ano de 2019 gerou apenas 9 (nove) empregos de carteira fichada enquanto Sumé gerou 42 (quarenta e dois).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agenda 2030 é um plano de ação criado para colocar o mundo em um caminho sustentável, buscando incentivar ações em áreas consideradas de suma importância para a humanidade, como: as Pessoas, o Planeta, a Paz, à Prosperidade e as Parcerias. Todas estas interligadas de forma equilibrada e contribuindo para as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, social e ambiental. Os ODS possuem uma natureza global e universal, entretanto, para que os países consigam alcançar todas as metas, se faz necessário o trabalho em conjunto de todas as esferas, seja ela municipal, estadual e federal.

Após a análise do *Iramuteq*, constatou-se que as palavras que apareceram com maior frequência foram, município, parceria e recursos. Tais termos foram confirmados durante a etapa de detalhamento da entrevista, no qual foi possível perceber que os investimentos e as parcerias estão aliadas as ações que o município desenvolve, quando o assunto é implementação de programas e políticas.

Portanto, considera-se, assim, que conforme buscou-se resposta para a pergunta norteadora deste trabalho, após a entrevista com o gestor, foi possível perceber que o município de Sumé vem contribuindo para o alcance de algumas metas da agenda 2030, através de ações, programas e políticas públicas voltadas para as três dimensões social, econômica e ambiental, especificamente para os objetivos estudados, quais sejam, 1) Erradicação da Pobreza; 2) Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3) Saúde e Bem Estar; 4) Educação de Qualidade; 5) Igualdade de Gênero; 6) Água Potável e Saneamento e 12) Consumo e Produção Responsáveis.

Foi observado ainda que para a execução de grande parte de seus programas o município conta com uma forte aliança com o governo do estado, no qual através dessa parceria busca suprir as demandas advindas da população, através de diversas ações e programas desenvolvidos, dentre eles podemos destacar na área da agricultura o Procase que trouxe inúmeros benefícios para o homem do campo. E na área da educação a oferta de cursos profissionalizantes para os jovens. Além de diversas outras parcerias existentes no município. Ressalta-se, portanto, que parcerias como essas tendem a fortalecer ainda mais a agenda 2030 na esfera local, uma vez que elas são essenciais para o alcance dos objetivos.

É importante destacar também a contribuição que o Orçamento Democrático Municipal (ODM), trouxe para a população sumeense, melhorando a participação da sociedade no tocante aos recursos públicos, e principalmente nos problemas do município,

que por sua vez, corroborou para o alcance das metas e objetivos da agenda 2030. Entretanto, na esfera municipal, é primordial tornar a agenda 2030 conhecida, pois ela é ponto de partida para que a sociedade esteja disposta a colaborar com o plano de ação.

Dessa forma, considerando o grande poder que os ODS têm em mobilizar, as diversas esferas e camadas, se faz necessário um maior envolvimento do governo para que a agenda possa ser de fato, incorporada por todos os municípios do país. Para que assim, a conscientização chegue a toda sociedade, pois este trabalho não depende apenas do governo, trata-se de um plano de ação aberto a todos, organizações e indivíduos, de todos os países, idades e condições, que devem acima de tudo aceitar e firmar compromissos para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Portanto, os países, regiões, municípios e todos os cidadãos devem aproveitar as oportunidades que a agenda 2030 traz juntamente com seus objetivos e metas e buscar construir um mundo possível, desejável e sustentável até 2030, contribuindo de forma positiva tanto para a atualidade, mas principalmente para as futuras gerações.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, R. A.; AMORIM, B. P.; CÂNDIDO, G. A. Análise da Sustentabilidade Municipal: Uma Aplicação do *Barometer of Sustainability* em Campina Grande – PB. In: CÂNDIDO, G. A. **Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade**: Formas de Aplicações em contextos geográficos diversos e contingências específicas. Campina Grande: Ed. UFCG, 2010, p. 321 – 351.
- BELLEN, H. M. V. **Indicadores de Sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.
- BRASIL. **Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Presidência da República, 2017<sup>a</sup>. Disponível em: [http://www.secretariadegoverno.gov.br/snasddocumentos/relatoriovoluntario\\_brasil2017port.pdf](http://www.secretariadegoverno.gov.br/snasddocumentos/relatoriovoluntario_brasil2017port.pdf). Acesso em: 17/10/2019.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem (org.). **Nosso Futuro Comum**. Editora da FGV, 1987. Our Common Future, Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod\\_resource/39eriódic/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/39eriódic/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf). Acesso em: 17/10/2019.
- BUSS, P. M. *et al.* **Saúde na Agenda de Desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas**. Cad. Saúde Pública (online). 2014, vol.30, n.12, p. 2555-2570. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311xat011214>. Acesso em: 27/10/2019.
- MONTIBELLER FILHO, G. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável**: conceitos e princípios. Textos de Economia, vol.4, n.1, Florianópolis, 1993, p.131-142.
- CÂNDIDO, G. A.; VASCONCELOS, A. C. F.; SILVA, E. G. Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios: Uma proposta de metodologia com participação de atores sociais e institucionais. In: CÂNDIDO, G. A. **Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade**: Formas de Aplicações em contextos geográficos diversos e contingências específicas. Campina Grande: Ed. UFCG, 2010, p. 87 – 117.
- CAMARGO, A. L. B. **As Dimensões e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável**: Concepções, Entraves e Implicações à Sociedade Humana. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82981/182356.pdf>. Acesso em: 25/10/2019.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. *Iramuteq*: um *software* gratuito para análise de dados textuais. **Temas psicol.** vol.21 no.2 Ribeirão Preto dez. 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2013000200016](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016). Acesso em: 02/11/2019.
- CARVALHO, N. L. *et al.* **Desenvolvimento Sustentável x Desenvolvimento Econômico**. Revista Monografias Ambientais, Santa Maria, v. 14, n. 3, Set-Dez. 2015, p. 109–117. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/17768/pdf>. Acesso em: 17/10/2019.

COMISSÃO NACIONAL DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PLANO DE AÇÃO 2017-2019. Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/Plano-Acao-ComissaoNacional-ODS.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Plano-Acao-ComissaoNacional-ODS.pdf). Acesso em: 01/11/2019.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade ambiental e sustentabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GARCIA, D. S. S. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Socioambientalismo. *In*: PINTO, C. J. C. *et al* (org.) **Tomo 01 Sustentabilidade e suas interações com a ciência jurídica**. Itajaí: UNIVALI, 2016, 26-48. Disponível em: <https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/ecjs/E-book>. Acesso em: 20/10/2019.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: <https://edisiplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2178054>. Acesso em: 25/11/2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente: Doutrina, prática e jurisprudência**. 4 ed. Ver. Atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 05/11/2019

PIMENTA, M. F. F.; NARDELLI, A. M. B. **Desenvolvimento sustentável: os avanços na discussão sobre os temas ambientais lançados pela conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, Rio+20 e os desafios para os próximos 20 anos**. Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1257- 1277, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/index>. Acesso em: 23/10/2019.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Universidade Feevale – Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/40eriód/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 15/11/2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável**, 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/acompanhe/>. Acesso em: 10/11/2019.

ROMA, J. C. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável**. Revista Ciência e Cultura, São Paulo, vol.71

no.1, Jan./Mar. 2019. Disponível em:  
<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v71n1/v71n1a11.pdf>. Acesso em: 16/10/2019.

SACHS, I. **A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Disponível em:  
<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/download/514/515>. Acesso em: 20/10/2019.

SCHARF, R. **Manual de negócios sustentáveis**. São Paulo: Amigos da Terra; FGV; Gvces, 2004.

SENA, A. *et al.* **Medindo o invisível: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca**. Ciênc. Saúde coletiva [online]. 2016, vol.21, n.3, pp.671-684. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000300671&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000300671&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 28/10/2019.

SILVA, C. L.; MENDES, J. T. G. (orgs) **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. Petrópolis, Vozes, 2005.

SILVA, M. G.; CÂNDIDO, G. A. Método de Construção do Índice de Desenvolvimento Local Sustentável: Uma proposta metodológica e aplicada. *In: CÂNDIDO, G. A. Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: Formas de Aplicações em contextos geográficos diversos e contingências específicas*. Campina Grande: Ed. UFCG, 2010, p. 321 – 351.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração de Incheon e Marco de Ação da Educação: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos**. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2mVXay6>. Acesso em: 01/11/2019.

WCED. **World Commission on Environment and Development: our common future**. Oslo: WCED, 1987. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/documentos/>. Acesso em: 15/10/2019.

# APÊNDICES

## APÊNDICE – A

### QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA

- 1 – Qual o seu conhecimento sobre a Agenda 2030?
- 2 – A erradicação da pobreza é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Como o município se preocupa em relação a esta problemática? Em questões como proteção social, acesso a serviços básicos e dentre outros.
- 3 – Uma das grandes preocupações que assolam o mundo são questões ligadas à fome. Assim, como ocorre a atenção do município, quanto às camadas menos favorecidas? Tem políticas que visem à ascensão desta classe?
- 4 – No que envolve a agricultura familiar. Como o município busca se preocupar com esses agricultores?
- 5 – Em relação a saúde, como vocês lidam com os casos de óbitos infantis, bem como a atenção para as gestantes, crianças e idosos. Vocês realizam campanhas para o público?
- 6 – Qual o comprometimento que o município tem para garantir educação de qualidade? Desde as estruturas das escolas com boas instalações, até a alfabetização, fundamental e médio.
- 7 – No que envolve a igualdade de gênero. Quais as políticas que vocês têm ou pretendem implantar para abranger as mulheres, seja no mercado de trabalho ou até mesmo voltadas para a saúde e principalmente violência doméstica?
- 8 – Quais as ações que o município realiza para dar acesso a água para aqueles que sofrem com a escassez, especialmente a população da zona rural? Vocês têm alguma política?
- 9 – Como o município lida com a problemática dos resíduos sólidos?
- 10 – O município tem algum problema crucial? Que pode ser considerado o mais difícil de combater?

## APÊNDICE – B

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado/a para participar, como voluntário, em uma pesquisa vinculada ao Curso Superior em Tecnologia de Gestão Pública da Universidade Federal de Campina Grande, Campus do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA, Unidade Acadêmica de Gestão Pública – UAGESP. Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, caso aceite participar da pesquisa, assine ao final deste documento, que está em duas vias.

### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, José Luís Rozendo Braz estudante de graduação, estou desenvolvendo uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso, com o título: “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo de Caso no Município de Sumé-PB” como item obrigatório para a conclusão do curso, e necessito do seu consentimento para que eu realize a pesquisa. Por isso, esclareço que:

- A pesquisa tem orientação do Prof. Alex Bruno F. M. do Nascimento (alex.bruno@ufcg.edu.br);
- Você, enquanto voluntário, tem o direito de se recusar a participar da pesquisa ou interrompê-la a qualquer momento sem prejuízos ou penalização para você e para o pesquisador;
- Será garantido que os resultados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos;
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro, nem tampouco dano físico ou constrangimento para os entrevistados nessa pesquisa;
- Ao final, todos os resultados dessa pesquisa ficarão à disposição do entrevistado, que deverá solicitar com antecedência;
- Declaro ter conhecimento dos fatos acima citados e concordo em colaborar com esta Pesquisa.

Sumé \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

---

Assinatura do Entrevistado

---

Assinatura do Pesquisado

**ANEXO A**  
**REGISTRO DA ENTREVISTA**

**Imagem 2** – Entrevista com o prefeito de Sumé



**Fonte:** Autor, 2019.